

Sustentabilidade Empresarial: a contribuição da fumicultura e da Souza Cruz no desenvolvimento social e ambiental da Região Sul

Geraldino Carneiro de Araújo ¹	Miriam Pinheiro Bueno ¹	Adriana Alvarenga de Sousa ¹	Mauro Caetano ¹	Paulo S.Miranda Mendonça ^{1,2}
geraldino.araujo@gmail.com	buenomiriam@gmail.com	drikaalvarenga@yahoo.com.br	destraplanejamento@yahoo.com.br	paulomir@nin.ufms.br

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Departamento de Economia e Administração, Mestrado em Agronegócio - Campo Grande, MS, Brasil

RESUMO

A globalização da economia e o acirramento da competição mundial elevam a escala de produção, com a conseqüente busca da redução dos custos, contudo as pressões sociais e restrições impostas fazem com que as empresas sejam forçadas a buscar formas de reduzir seu impacto ambiental e a melhorar sua imagem social. Neste sentido, muito tem sido feito para a sustentabilidade do setor produtivo, emergindo o conceito de sustentabilidade empresarial. O objetivo deste artigo é apresentar a sustentabilidade empresarial promovida pela Souza Cruz a partir da fumicultura no desenvolvimento sócio-ambiental da Região Sul do país. Adotou-se a abordagem qualitativa, com a realização da pesquisa documental, método exploratório e descritivo. Os documentos fornecidos pela Souza Cruz, Instituto Souza Cruz, AFUBRA, SINDIFUMO, e artigos científicos foram submetidos à técnica de análise de conteúdo. O resultado do trabalho mostrou que a Souza Cruz busca promover a sustentabilidade empresarial e o desenvolvimento do público externo, para ter resultados internamente em um segundo plano.

Palavras chave: Sustentabilidade Empresarial, Programas, Fumicultura.

1. INTRODUÇÃO

Com os avanços tecnológicos advindos após a revolução industrial e o crescente aumento da população a atividade humana passou a causar mais impacto negativo ao meio ambiente, e o que durante muito tempo foi visto como fonte inexaurível de recursos disponíveis para servir às necessidades do homem agora passa a ser uma inquietação, porquanto os recursos são limitados. O ciclo produtivo da sociedade capitalista extrai do meio ambiente os insumos necessários para a produção de alimentos e bens de consumo, entretanto, o processo produtivo retorna resíduos sólidos, efluentes líquidos e emite gases nocivos e poluentes em grandes quantidades, acarretando poluição ambiental e esgotamento dos recursos naturais. Outra preocupação que emerge é que uma volumosa camada da população mundial que sofre com a pobreza, fome e exclusão social. As empresas procuram resultados financeiros, ampliação de fatias de mercado e sobrevivência e manutenção de sua competitividade. A globalização da economia e o acirramento da competição mundial elevam a escala de produção, com a conseqüente busca da redução dos custos.

Diante deste panorama as empresas passam a se reestruturar para se adequarem a esta nova percepção. As pressões sociais e restrições impostas fazem com que as empresas sejam forçadas a buscar formas de reduzir seu impacto ambiental e a melhorar sua imagem frente a sua responsabilidade social. Neste sentido, muito tem sido feito para a sustentabilidade do setor produtivo (CORAL, 2002). O desenvolvimento sustentável deixa de ser apenas uma obrigação da administração pública para também ser tratado pelas organizações privadas, emergindo o conceito de sustentabilidade empresarial. O objetivo deste artigo é apresentar a

sustentabilidade empresarial promovida pela Souza Cruz a partir da fumicultura para o desenvolvimento sócio-ambiental da Região Sul do país. Parte-se de uma evolução histórica sobre os conceitos e definições do desenvolvimento sustentável para então se definir sustentabilidade empresarial e apresentar os indicadores sustentáveis promovidos pela a organização. Para tanto escolheu-se partir da produção fumageira (uma das que mais cresce na região) para então tratar da sustentabilidade empresarial da Souza Cruz, enfocando os aspectos externos a organização.

2. CONCEITOS E DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – DS

Conforme o documento Nosso Futuro Comum (Relatório de Brundtland), desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1991, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também as suas necessidades. Para o desenvolvimento sustentável, Philippi (2001) levanta dois pontos chaves: o conceito das necessidades faz com que as necessidades dos pobres recebam maior prioridade, e a noção dos limites que existem da tecnologia e da organização social imposta ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. Ou seja, se por um lado o desenvolvimento sustentável tenta priorizar os mais pobres, por outro lado há limites ao que diz respeito ao meio ambiente, o que faz com que as necessidades não sejam supridas. É o que se pode perceber sob a visão econômica, que é a de atender demandas e não as necessidades, fazendo surgir o caráter frágil do conceito.

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendido as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor (PHILIPPI, 2001, p. 304).

No conceito de desenvolvimento sustentável parecem caber diversos significados, pois é tratado como sinônimo de sociedade racional, de indústrias limpas, de crescimento econômico, de utopias românticas; tudo nele parece pertencer. O que abrange ainda a satisfação das necessidades do presente, o atendimento das necessidades dos pobres e manutenção da capacidade das gerações futuras em satisfazer suas necessidades. O crescimento global é o grande desafio para se construir um desenvolvimento sustentável, que valorize os recursos naturais e humanos, visando a melhoria da qualidade e a edificação de uma sociedade sustentável capaz de superar os problemas atuais e utilizar as potencialidades existentes no país.

O conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável apóia-se na integração de questões sociais, ambientais e econômicas, constituindo o tripé conhecido como *triple-bottom line*. Para Carvalho e Viana (1998) o desenvolvimento sustentável apresenta três grandes dimensões principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, em outras palavras o desenvolvimento sustentável equilibra as dimensões econômica, social e ambiental (*triple-bottom line*).

Os autores afirmam que o estabelecimento de uma civilização na qual ocorra uma distribuição mais equitativa das riquezas é o principal objetivo da sustentabilidade social. Uma melhor alocação dos recursos e uma melhor gestão possibilitariam a sustentabilidade econômica. O equilíbrio social é visto como medida da eficiência econômica, e não a lucratividade empresarial. A sustentabilidade ambiental seria alavancada pela limitação no uso dos recursos esgotáveis e sua substituição pelos renováveis, pela limitação no consumo,

pela geração de tecnologias limpas, além da criação e consolidação de mecanismos administrativos de proteção ambiental.

Há uma inequívoca sinalização, para políticos, empresários, profissionais, ativistas e para a população em geral, de que só haverá desenvolvimentos sólidos, permanentes e sustentáveis se os três pilares puderem ser articulados, tornando-se interdependentes. Superar a velha tradição do trabalho isolado, por segmentos, certamente não é tarefa das mais fáceis. Afinal, enquanto proliferam especialistas em meio ambiente formando um campo próprio de interesses, ecologistas de variados matizes esforçaram-se por criar uma não muito nítida onda verde de proteção, economistas continuaram ditando as cartas na política como se tudo dependesse do PIB e da taxa de inflação e defensores do social permaneceram restritos a suas especialidades (saúde, educação, nutrição, previdência, etc.). Avançamos bastante nas áreas específicas, mas pouco fizemos para que elas se tornassem mais solidárias. É freqüente ver os especialistas acusando-se mutuamente, quando deveriam concentrar seus esforços no encontro e no estímulo de ponto que possam levar a um relacionamento crescente (ASSAD; ALMEIDA, 2002, p 64).

As suas dimensões vêm sendo ampliadas, tendo sido propostas, recentemente, oito delas. A harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos (aos quais se associam cultural, ecológico, territorial, político nacional e internacional) é postulada pelo ecodesenvolvimento e referenciada por Sachs (2000).

3. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Primeiramente é preciso expor que hoje há uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, apresentam-se a seguir as duas visões: 1) Quando se menciona desenvolvimento sustentável, uma vez que muitos utilizam o termo para designar a expectativa de que o país entre numa fase de crescimento que se mantenha ao longo do tempo, faz com que tal forma de desenvolvimento pressuponha a expansão econômica permanente, gerando melhoria nos indicadores sociais, além da preservação ambiental (ALTENFELDER, 2004). 2) Sustentabilidade é a capacidade de se auto-sustentar, de se auto-manter. Uma atividade sustentável qualquer é aquela que pode ser mantida por um longo período indeterminado de tempo, ou seja, para sempre, de forma a não se esgotar nunca, apesar dos imprevistos que podem vir a ocorrer durante este período. Pode-se ampliar o conceito de sustentabilidade, em se tratando de uma sociedade sustentável, que não coloca em risco os recursos naturais como o ar, a água, o solo e a vida vegetal e animal dos quais a vida (da sociedade) depende (PHILIPPI, 2001).

Apesar de apresentarem similaridades torna-se comum relacionar desenvolvimento sustentável a políticas públicas e sustentabilidade as demais ações. A partir desta explanação o termo a ser utilizado neste trabalho será sustentabilidade, pois relaciona o termo com as empresas e organizações. Na área empresarial a preocupação com a sustentabilidade tem se generalizado, e um grupo mais envolvido com esta inquietação criou uma entidade voltada a sustentabilidade empresarial, ligada ao movimento internacional de empresários com este foco (ALTENFELDER, 2004).

O objetivo fundamental de qualquer organização é obter o maior retorno possível sobre o capital investido. Para tanto, utiliza-se de ferramentas disponíveis para estar à frente dos concorrentes, obtendo maiores margens e fatias de mercado. No entanto, com as mudanças em sentido global, além dos fatores econômicos e estruturais, outros começam a fazer parte da responsabilidade das empresas, que são as questões do meio ambiente natural e as questões sociais. Para que as organizações possam contribuir para a sustentabilidade devem modificar seus processos produtivos, quando for necessário, para se tornarem ecologicamente sustentáveis. Isto implica em construir sistemas de produção que não causem impactos negativos e mesmo estejam contribuindo para a recuperação de áreas degradadas ou oferecendo produtos e serviços que contribuam para a melhoria da performance ambiental dos

consumidores e clientes de uma indústria (CORAL, 2002). A autora apresenta um modelo de sustentabilidade a ser aplicado pelas empresas (Figura 1).

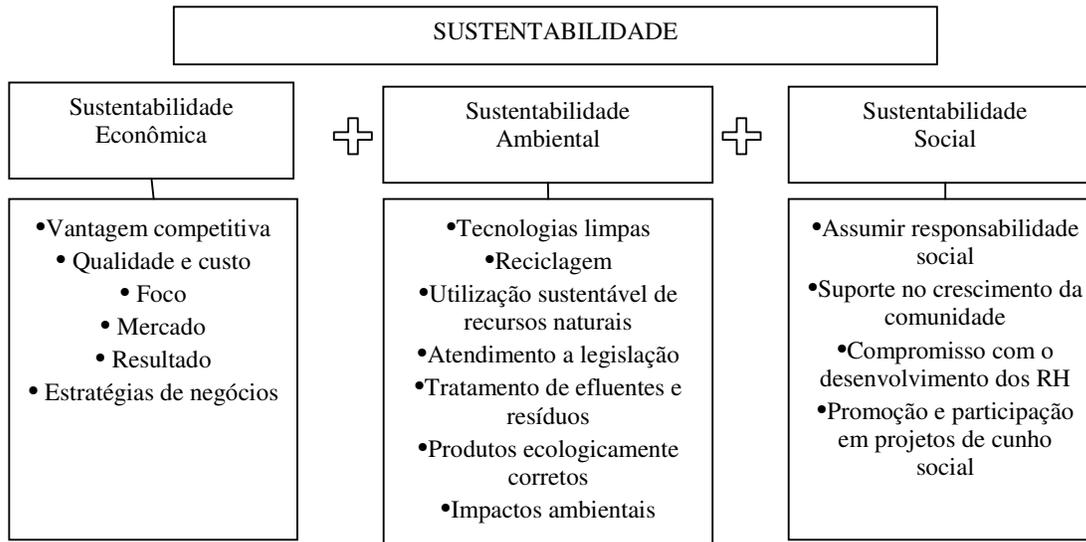


Figura 1. Modelo de sustentabilidade empresarial (CORAL, 2002, p. 129)

O conceito do tripé da sustentabilidade tornou-se amplamente conhecido entre as empresas e os pesquisadores, sendo uma ferramenta conceitual útil para interpretar as interações extra-empresariais e especialmente para ilustrar a importância de uma visão da sustentabilidade mais ampla, além de uma mera sustentabilidade econômica. É importante salientar que dentro dos princípios de sustentabilidade, não se podem separar as questões sociais das questões ambientais. Por isso, quando uma organização é ecologicamente sustentável, ela também estará atuando de forma socialmente responsável, de forma a atender os interesses de todos os *stakeholders* que afetam ou são afetados por suas atividades.

4. METODOLOGIA

Adotou-se a abordagem qualitativa, com a realização da pesquisa documental, que incluiu uma parte de natureza teórica – que gerou a consolidação do referencial conceitual adotado – e outra parte factual, que consistiu na busca por informações históricas e descritivas, privilegiando o uso do método exploratório e descritivo. Os documentos foram submetidos à técnica de análise de conteúdo.

A pesquisa documental é considerada uma forma interessante da abordagem qualitativa consiste no estudo de documentos e sua interpretação, entendida a palavra “documentos” de forma ampla: materiais escritos (artigos, jornais, obras científicas e técnicas, relatórios), estatísticas e elementos iconográficos. A pesquisa documental é também apropriada quando se busca identificar uma ou mais tendências no comportamento de um fenômeno (GODOY, 1995).

De acordo com Yin (2001) o estudo de caso é um método potencial de pesquisa quando se deseja entender um fenômeno social complexo. O poder diferenciador do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências. O foco temporal é outro elemento decisivo para a escolha do método. Ele destaca o método de caso como o mais adequado ao estudo de eventos contemporâneos.

A coleta de dados se deu, primeiramente, através da obtenção de informações por meio de pesquisas na internet, feitas nos *sites* da empresa Souza Cruz, do Instituto Souza Cruz, da AFUBRA, do SINDIFUMO, e artigos científicos. Em seguida foram solicitadas informações diretamente com a Souza Cruz e com o Instituto Souza Cruz para confirmação de alguns dados e para solicitação de documentos para compor os resultados da pesquisa.

Utilizou-se o método de análise de conteúdo de Bardin (1977), a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo das mensagens, tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo. As fases da análise de conteúdo são: pré-análise, exploração de material, e tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

Procura-se destacar neste trabalho as variáveis que enfocam a produção e os programas sociais e ambientais. Enfatiza-se a contextualização da agroindústria fumageira: Souza Cruz, com destaque para sua representatividade no Brasil; localização da produção e beneficiamento e descrição dos projetos que envolvem atividades que geram sustentabilidade.

5. FUMICULTURA – CARACTERÍSTICAS E RELEVÂNCIA

O fumo é produzido comercialmente em alguns estados do Nordeste, principalmente Bahia, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte e Pernambuco. No entanto, a região tem a participação de apenas 4%, aproximadamente, na produção nacional de tabaco. A maior produção de tabaco brasileiro se concentra nos estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), tal como comprova a tabela 1.

Tabela 1. Produção de fumo por região (safra 2004/2005)

Região	Famílias produtoras		Hectares plantados		Produção (tonelada)	
Sul	198.040	84,32%	439.220	92,74%	842.990	96,20%
Nordeste	36.830	15,68%	34.360	7,26%	33.340	3,80%
Total	234.870	100%	473.580	100%	876.330	100%

Fonte: AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil (2005)

A região Sul do país se destaca como a principal produtora de fumo, a safra 2004/2005 apresentou 198.040 famílias produtoras; 439.220 hectares plantados e uma produção de 842.990 toneladas de tabaco. A tabela 2 apresenta a evolução destes números demonstrando o crescimento do número de famílias produtoras e de hectares plantados. A produção teve uma pequena redução (menos de 1%).

Tabela 2. Evolução da produção de fumo – Região Sul (safra 2004/2005)

Safra	Famílias produtoras	Hectares plantados	Produção (tonelada)
79/80	94.840	171.080	286.090
89/90	127.400	201.940	367.980
99/00	134.850	257.660	539.040
01/02	153.130	304.510	635.110
02/03	170.830	353.810	600.540
03/04	190.270	411.290	851.060
04/05	198.040	439.220	842.990
Var. %	109	157	195

Fonte: AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil (2005)

O sistema integrado aliado a avanços tecnológicos, são fatores que contribuíram para a expansão do setor. No período, a área plantada por família cresceu 20%. Já a produção por família teve um incremento de 48%, reflexo da produtividade que aumentou 24%.

Das 198.040 famílias produtoras cerca de 63% das famílias têm entre 0 e 20 hectares plantados. Mais de 39 mil famílias, cerca de 20%, não possuem terra e trabalham em regime de parceria com o proprietário da terra. Quase 17%, apenas, dos produtores possuem mais de 21 hectares plantados. Ao todo, há 158.390 famílias que são proprietárias de terras (Tabela 3).

Tabela 3. Distribuição fundiária – Região Sul (safra 2004/2005)

Hectares	Famílias	%
0	39.650	20,02%
De 0 a 10	72.848	36,78%
De 11 a 20	52.816	26,67%
De 21 a 30	21.146	10,68%
Mais de 30	11.580	5,85%
Total	198.040	100,00%

Fonte: AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil (2005)

A fumicultura é uma cultura situada em grande parte em regiões de topografia acidentada, o que dificulta a mecanização. A fumicultura no Sul do Brasil absorve maciçamente a mão-de-obra familiar.

Em média são 4,6 pessoas por família, das quais 2,9 atuam no fumo; 1,1 são crianças e estudantes e portando não trabalham e 0,6 se está envolvida em outras atividades. Garantindo assim emprego para 574 mil pessoas da família e gera mais de 257 mil empregos sazonais na contratação de mão-de-obra, principalmente durante a colheita, ocupa, assim, cerca de 831 mil pessoas. Por conta disto o plantio de tabaco é considerado um dos principais fatores de redução do êxodo rural nas comunidades onde tal cultura se faz presente (AFUBRA, 2005).

A fumicultura nos estados da região Sul apresentam bons resultados comparando as safras 2003/2004 e 2004/2005, tal como comprovado na tabela 4.

Tabela 4. Fumicultura sul-brasileira

Especificação	Unidade	2003/2004	2004/2005
Municípios produtores	un.	759	787
Número de propriedades	un.	152.650	158.390
Famílias produtoras	un.	190.270	198.040
Pessoas ocupadas	un.	799.140	831.770
Número de estufas	un.	167.090	185.810
Área das propriedades	ha.	2.635.250	2.672.550
Cobertura florestal	ha.	713.380	711.100
Área com outras culturas	ha.	1.510.580	1.522.230
Áreas com fumo	ha.	411.290	439.220
Toneladas produzidas	ton.	851.060	842.990
Preço médio do fumo	R\$/kg	4,24	4,33
Produtividade/fumo	Kg/ha.	2.069	1.919
Tamanho das propriedades	ha.	17,3	16,9
Renda per capita	R\$	6.768,00	6.821,00

Fonte: AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil (2005)

Sem o fumo, a área por este ocupada, seria destinada a outras culturas/atividades e geraria uma renda não superior a 506 milhões de reais. (3,1 bilhões de reais inferior à obtida com fumo).

É importante ressaltar que o tamanho das propriedades, 16.900 hectares, produzem também outras culturas. A maioria das famílias não pratica a monocultura do fumo, apesar de ter a disposição 2.672.550 nem toda área é destinada à produção de tabaco (Tabela 5). As novidades tecnológicas utilizadas na lavoura fumageira são também aplicadas na diversificação de culturas e no planejamento da pequena propriedade rural.

Tabela 5. Propriedade rural (safra 2004/2005)

Cultura	Hectares plantados	Produção (kg)	Valor (R\$)
Fumo	2.773	5.322	23.044
Diversas	4.990	11.813	4.801
Pastagens	3.720		
Florestas	3.393		
Açudes/área de descanso	2.024		
Total	16.900	17.135	27.845
Criações	Cabeças (unidade)	Produção (kg)	Valor (R\$)
Aves, bovinos, suínos e peixes	453	6.143	6.270
Total Geral		23.278	34.115

Fonte: AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil (2005)

O fumicultor tem no fumo a sua principal fonte de renda. As demais culturas/atividades são desenvolvidas, basicamente para subsistência comercializando apenas os excedentes (1/3 do total) que lhe garantem uma receita extra equivalente a 17% da obtida com fumo. O Sindicado da Indústria do Fumo - Sindifumo destaca os números referentes aos Estados Sulistas. O Estado do Rio Grande do Sul é o maior produtor de tabaco com um pouco mais de 50% na produção de tabaco.

Tabela 6. Performance nos Estados Sulistas (safra 2004/2005)

Estado	Produtores	Área (ha)	Produção (ton)
Rio Grande do Sul	50,49%	49,86%	50,24%
Santa Catarina	31,06%	32,91%	33,22%
Paraná	18,45%	17,23%	16,53%

Fonte: AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil (2005)

Algumas localidades dos Estados Sulistas comemoram a safra com festividades especiais, diretamente identificadas com o fumo; Corrêa *et al* (2005), destacam algumas destas no estado do Rio Grande do Sul: a Prefeitura de Vale Verde promove a Fest Fumo; em Agudo há uma ação conjunta da Prefeitura com a Associação da Indústria, Comércio e Serviço para os festejos; a Prefeitura e as entidades de Venâncio Aires, maior produtor de fumo no País, também promovem a integração da comunidade com a organização de festas e eventos que colocam o tabaco em evidência.

6. AGROINDÚSTRIA TABAQUEIRA: SOUZA CRUZ

O mercado de cigarros no Brasil é dominado pela empresa Souza Cruz, que é uma subsidiária da *British American Tobacco* (BAT). Relativamente pouco tem sido publicado

nacional e internacionalmente sobre as iniciativas sociais e ambientais desta indústria fumageira no país (CORRÊA, 2005). A empresa Souza Cruz detém mais de 75% do mercado legal brasileiro (CORRÊA *et al*, 2005).

O grupo Souza Cruz é um dos maiores do País, a relevância do grupo aparece sobremaneira em sua expressiva participação tributária, tornando o Brasil uma espécie de sócio da Souza Cruz, ao mesmo tempo em que esta passa a dispor de enorme poder. Trata-se de um grupo poderoso que dotado de recursos financeiros injetados do exterior estabeleceu progressivamente um amplo e complexo espaço de atuação que envolve desde áreas rurais especializadas na fumicultura, com numerosos centros de comercialização e beneficiamento do fumo, centros dotados de unidades fabris produtoras de cigarros e uma ampla rede de distribuição. O grupo ainda possui outras empresas dedicadas à produção de bens e serviços que atendem demandas da indústria cigarreira, situada no centro do grupo. Trata-se, portanto, de um amplo conglomerado industrial dotado de integração e de atuação em âmbito nacional (CORRÊA, 1991).

O autor afirma ainda que a divisão territorial do trabalho manifesta-se através das múltiplas localizações e interações entre as diferentes unidades do grupo Souza Cruz, tais localizações e interações definem o espaço de atuação do grupo. Historicamente a divisão do territorial do trabalho resulta dos processos de concentração horizontal e vertical, geradores de localizações específicas articuladas através de um centro de decisões. A cidade do Rio de Janeiro se configura como um centro de decisões, e possui ainda funções de centro de concepção e criação de marcas de cigarros; é ainda fornecedor de grande parte da embalagem de cigarros para as outras fábricas. As cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre constituem centros de produção, consumo e distribuição de cigarros, a cidade de Curitiba cumpre apenas esta última função. Outras cidades menores dotadas de centralidade localizam-se depósitos atacadistas. As cidades do Rio Grande do Sul: Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo e Lajeado são centros vinculados ao beneficiamento de fumo, fornecendo matéria-prima para as fábricas de cigarros. O território catarinense é incorporado ao espaço da Souza Cruz através da implantação de novas unidades de beneficiamento de fumo localizadas no vale do Itajaí no sul do estado, em Blumenau, Brusque e Tubarão. Há ainda produção de fumo no oeste paranaense, na região de Toledo.

Etapas e agentes do processo produtivo	Produção de Fumo em Folha		Beneficiamento e Industrialização		Distribuição			Consumo
	Unidades de assistência e orientação	Produtor rural	Usina de beneficiamento	Fábrica de cigarros	Própria	Independente		Consumidor
					Depósito atacadista	Atacadista	Varejista	
	●	◆	●	●	●	◆	◆	◆
					→			
Localização	Zonas de Produção			Centros de muito alta centralidade	Capitais regionais	Lugares centrais intra-urbanos e regionais	Ubíquo	
	Lugares centrais	Áreas rurais especializadas	Lugares centrais					

Observações: ● unidades da empresa ◆ unidades independentes

Figura 2. Processo Produtivo da Souza Cruz (adaptado de CORRÊA, 1991, p. 43)

Na figura 2 percebe-se que a localização dispersa das fábricas de cigarros implica em fluxos de distâncias médias, às vezes longas, entre as próprias fábricas e os depósitos

atacadistas disseminados por todo o território brasileiro. Dos depósitos derivam fluxos à curta distância, são freqüentes geralmente quinzenais ou mesmo semanais, e milhares de varejistas distribuídos ubiquamente.

O Instituto Souza Cruz foi criado e é mantido pela agroindústria tabaqueira Souza Cruz, e tem como função desenvolver projetos em diversas áreas:

Jornada Escolar Ampliada (12 municípios de PE, SC, RS e PR): o objetivo é utilizar a educação como instrumento de erradicação do trabalho infantil nas pequenas propriedades rurais. Para isso, há um trabalho na melhoria do ensino e na criação de alternativas de ocupação e entretenimento para as crianças com aulas de música, dança, teatro, informática e educação ambiental.

O Futuro é Agora (SC, RS, PR e PB): a Souza Cruz é uma das empresas que aderiram a um programa do Sindicato das Indústrias de Fumo (Sindifumo), Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra) e a Fundação Abrinq para a erradicação do trabalho infantil nas lavouras de fumo e a regularização do trabalho adolescente em cerca de 45.000 pequenas propriedades rurais. As empresas dão apoio às escolas rurais para garantir o acesso e a permanência das crianças e oferecem capacitação técnica aos jovens.

CEDEJOR (Rio Pardo-RS, Santa Cruz do Sul-RS, Lauro Muller-SC e Irati-PR): o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural – CEDEJOR – beneficia jovens de comunidades rurais nas quais predomina a agricultura familiar. Filhos de pequenos e médio agricultores ou de trabalhadores podem completar sua formação escolar com ensino voltado para as necessidades da área rural.

Cuidar (Municípios de SP, MG, CE, RS, e ES): introduz a educação em relação a valores éticos em classes do ensino fundamental e no ensino médio. Os conhecimentos chegam à escola como tema transversal ao currículo, abrangendo áreas como ética, cidadania, sexualidade, meio ambiente e saúde. Já foram beneficiados cerca de 90.000 alunos.

Educar (Municípios de MG, RS, SC e PR): por meio de uma parceria com o Programa de Educação de Jovens e Adultos e com comunidades do SESI, garante acesso e a conclusão do ensino fundamental e médio de seus empregados fixos e sazonais. Funcionários que deixam a empresa podem continuar os estudos.

Varejo Socialmente Responsável (Todo o país): criado em 2000, tem como missão sensibilizar os pequenos varejistas para a necessidade de assumir uma postura socialmente responsável, que demonstre seu compromisso com a comunidade. Foram realizados fóruns setoriais e regionais coordenados pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo-SP. Tem parceria com o Instituto Ethos.

Centro de Integração e Cidadania da Mulher Rural (Teresópolis-RS e Nova Friburgo-RS): construção de uma unidade de processamento de legumes e hortaliças para evitar a evasão rural feminina e aumentar a geração de renda para as famílias que vivem do campo. O centro terá uma pequena indústria, equipada com loja para a venda dos produtos e com restaurante-escola, que ajudará a garantir a sustentabilidade do projeto.

Plante Milho e Feijão após a Colheita do Fumo (200 cidades Região Sul): criado há dez anos, orienta 70.000 produtores rurais sobre o uso racional do solo aproveitando a adubação residual do fumo para o plantio de outras culturas, como milho e feijão. A iniciativa melhora a qualidade da terra, gera renda para o produtor e melhora a alimentação no campo.

Clube da Árvore (647 cidades do país): escolas, entidades assistenciais e associações de bairro integram o Clube da Árvore, disseminando conceitos de preservação ambiental. Cada clube recebe material pedagógico e kits com sementes e mudas, trabalho que, em 21

anos de existência, resultou no plantio de mais de 12 milhões de árvores nativas, exóticas, ornamentais e frutíferas. Quase 1.900 clubes estão em atividade com 77.000 participantes.

Hortas Escolares (MG, SC, RS e PR): além de ensinar e estimular estudantes a produzir hortaliças, transmite a importância de preservar o meio ambiente, o valor nutritivo dos alimentos e noções de higiene e saúde. O Instituto Souza Cruz fornece às escolas material didático, um manual do professor e 12 tipos de sementes de hortaliças. São beneficiadas mais de 3.280 escolas, cerca de 129.000 alunos da zona rural.

Parque Ambiental Souza Cruz (Santa Cruz do Sul-RS): inaugurada em 2003, a área, com quase 100 hectares já recebeu mais de 2.000 visitantes entre alunos de escolas públicas e privadas e universitários de biologia, nutrição, arquitetura e paisagismo. O espaço abriga mais de 5.000 árvores e cerca de 650 espécies botânicas.

Reflorestar (Região Sul): como a lenha é o insumo mais econômico para a secagem do fumo, o objetivo principal é de tornar os 45.000 produtores de fumo da Região Sul auto-suficientes em energia, com a eliminação completa do uso de madeira nativa. Para isso, é realizada uma ampla campanha, com suporte de rádio, cartazes, audiovisuais, folhetos, revistas especializadas, seminários e reuniões em grupos. Cerca de 10,2% das propriedades rurais já adotaram o reflorestamento.

Novas Perspectivas para Terceira Idade (Santa Cruz do Sul-RS): o apoio do Instituto Souza Cruz garantiu a melhoria da qualidade de vida para 77 idosos atendidos pela Sociedade de Auxílio aos Necessitados e permitiu o aumento de oito vagas para a ala masculina. O projeto, com a ajuda de voluntários, possibilitou a reforma das instalações, a aquisição de novas camas, a construção de uma sala de fisioterapia e a criação de uma área externa de lazer.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se estuda a sustentabilidade têm-se dois pontos de vista, o público (promovendo desenvolvimento sustentável) e o privado (promovendo a sustentabilidade empresarial através de ações sócio-ambientais). São duas visões que se complementam para o desenvolvimento. Neste artigo escolheu-se a visão de sustentabilidade empresarial a partir da produção fumageira na Região Sul do país até a agroindústria tabaqueira, a Souza Cruz e as suas relações com outros agentes econômicos (produtores rurais, consumidores e varejistas).

A sustentabilidade empresarial está muito ligada aos resultados organizacionais, no qual os indicadores são voltados para ações internas promovendo melhorias de processos, redução de impactos ambientais, ações sociais e buscando maiores margens de lucro. Uma vez que se analisa a produção, a logística e os programas desenvolvidos por uma organização, enfoca-se o ambiente externo, os beneficiados pelos programas e pelas ações da organização, que foi o intuito deste artigo. Levou-se em consideração que o ambiente externo é o que mais precisa de ações voltadas para a sustentabilidade.

A produção de fumo brasileira se concentra na Região Sul do país, caracterizada como uma produção familiar, e tem apresentado índices crescentes de municípios produtores, número de propriedades, famílias produtoras, pessoas ocupadas e número de estufas. A Souza Cruz é a empresa que processa o fumo e fabrica os cigarros, relaciona-se diretamente com os produtores rurais, e possui um sistema de logística para a entrega dos produtos ao atacado e varejo.

A Souza Cruz administra o Instituto Souza Cruz que possui uma série de programas sócio-ambientais. Os programas envolvem as três dimensões da sustentabilidade (*triple-bottom line*), a seguir algumas especificações:

Dimensão Ambiental

Programas: Clube da Árvore; Hortas Escolares; Parque Ambiental Souza Cruz e Reflorestar. Tais programas desenvolvem a Educação Ambiental; Reflorestamento; Reserva ambiental e a Biodiversidade. Indiretamente a organização se preocupa com as emissões, efluentes e resíduos que possam vir a causar poluição; está envolvida com a conformidade ambiental, procurando seguir a legislação vigente. Desta forma a empresa desenvolve a educação ambiental envolvendo jovens e adolescentes e mantém uma reserva ambiental.

Dimensão Econômica

Programas: Centro de Integração e Cidadania da Mulher Rural e Plante Milho e Feijão após a Colheita do Fumo. Os programas visam gerar renda para os produtores rurais orientando-os para maior produtividade, incentivando a diversidade cultural no processo produtivo e integrando a família na produção. Aumenta-se a produtividade do produtor rural, aumenta-se a receita da empresa e os tributos pagos, e ainda, pode vir a aumentar as exportações, quiçá. Desenvolve economicamente os produtores rurais, integrando a mulher no processo produtivo, incentivando a diversificação de culturas para o fortalecimento do solo.

Dimensão Social

Programas: Jornada Escolar Ampliada, Futuro é Agora, CEDEJOR, Cuidar, Educar, Varejo Socialmente Responsável, Novas Perspectivas para Terceira Idade. Os programas envolvem jovens, adolescentes e terceira idade, disseminando cidadania, inclusão social, educação e cultura. A empresa precisa ser referência para os programas para tanto investe em diversidade cultural, responsabilidade social, treinamento e cumpre as práticas trabalhistas. Um dos pontos principais dos programas sociais é o desenvolvimento da comunidade local voltada para jovens e adolescentes visando a sucessão rural, a continuidade da produção no campo.

Em síntese os programas visam à preservação da identidade local com articulações adequadas à realidade local; fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; relacionamento social; “enraizamento” local; forças econômicas, políticas e culturais, mutuamente relacionadas e desenvolvimento rural. Desta forma a Souza Cruz busca promover a sustentabilidade empresarial, desenvolvendo o público externo (comunidades, produtores, sociedade, meio ambiente), visando se desenvolver internamente em um segundo plano. A sustentabilidade empresarial promove o desenvolvimento social e ambiental da comunidade próxima da organização.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFUBRA, Associação dos Fumicultores do Brasil. 2005.

ALTENFELDER, R. Desenvolvimento sustentável. *Gazeta Mercantil*. 06 maio 2004, A3.

ASSAD, M. L. L.; ALMEIDA, J. Agricultura e sustentabilidade: contexto, desafios e cenários. *Ciência & Ambiente*, n. 29, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/art_ciencia_e_ambiente.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2005.

BARDIN, L. História e teoria. In: *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. O desafio do desenvolvimento sustentável. CIMA – Comissão Interministerial para Preservação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Presidente Fernando Collor), Brasília: Cima, 1991

CARVALHO, O.; VIANA, O. Ecodesenvolvimento e equilíbrio ecológico: algumas considerações sobre o Estado do Ceará. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 29, n. 2, abr./jun. 1998.

CORAL, E. Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial. 2002. 282f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2002.

CORRÊA, P. C. R. P. As estratégias do marketing de “Responsabilidade Social” da Souza Cruz no Brasil: descrição e análise. Disponível em: <www.tabacozero.net/uploads/160_Estrategias_SouzaCruz.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2005.

CORRÊA, R. L. A. Corporação e organização espacial: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 33-66, jul./set. 1991.

CORRÊA, S. Et al. Anuário Brasileiro do Fumo 2005. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2005.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v. 35, n. 3, mai./jun, 1995.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. Disponível em: <www.institutosouzacruz.org.br>. Acesso em: 15 março 2004.

MININNI-MEDINA, N. Documentos Nacionais de Educação Ambiental. In.: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná. Educação Ambiental (Curso básico à distância) Documentos e Legislação da Educação Ambiental. 2. ed, v. 5. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

PHILIPPI, L. S. A Construção do Desenvolvimento Sustentável. In.: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná. Educação Ambiental (Curso básico à distância) Questões Ambientais – Conceitos, História, Problemas e Alternativa. 2. ed, v. 5. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares. Instituto de Economia – Textos para Discussão, Texto 68, 1999. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/textos/t68.html>>. Acesso 20 maio 2005.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

SOUZA CRUZ. Disponível em: <www.souzacruz.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2005.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3.^a ed., Porto Alegre: Bookman, 2005